

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 233/2024 - GGCONT/EMSERH
PROCESSO Nº 2024.110215.03565 - EMSERH

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA MARANHENSE DE
SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH E O
INSTITUTO TRANSFORMAR.**

CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 16, Casa nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS**, brasileiro, funcionário público, matrícula nº 11.748, inscrito no CPF sob nº 976.615.203-97 e portador da Cédula de Identidade nº 156623620004 (GEJUSC-MA) e pela Diretora Administrativa, a Sra. **LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 026.470.503-33 e portadora da Cédula de Identidade nº 120015299-6 (SSP/MA), ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: INSTITUTO TRANSFORMAR, inscrita no CNPJ nº 32.304.118/0001-08, sediada à Rua das Juçaras, s/n, sala 909, Condomínio Executive Lake Center, Bairro Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP: 65.075-230, neste ato representada pelo Sr. **KLAUBER DE ARAÚJO SOUZA AZEVEDO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.140365/SSP-PI e inscrito no CPF sob o nº 439.939.073-53.

Os **CONTRATANTES**, em consonância com a Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 2024.110215.03565 - EMSERH, têm entre si justo e avençado o presente contrato, decorrente da modalidade **Licitação Presencial nº 007/2024-CL/EMSERH**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1.** O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Médicos para atender a demanda da **Central de Regulação do Estado do Maranhão (ITEM 01)**, administrada pela EMSERH, nas condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência; o Edital da Licitação; a proposta da contratada e eventuais anexos desses documentos.
- 1.3.** As especificações do(s) objeto(s) da presente contratação são aquelas previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada, que se encontra em anexo a este contrato.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

1.4. A Contratada deverá observar todas as características, quantitativo, atualizações e padrões de qualidade do objeto do contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas neste instrumento contratual e na legislação pertinente.

1.5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/ ESPECIALIDADES MÉDICAS/ LINHAS DE SERVIÇOS/ DIMENSIONAMENTO DE CARGA HORÁRIA

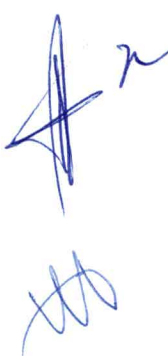
ITEM 01 - MÉDICOS REGULADORES – CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO		
PRÉ-REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR DO PLANTÃO DE 24H
<p>1. Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina.</p> <p>2. Certificado de Conclusão de pós-graduação em urgência e emergência e/ou áreas correlacionadas reconhecida pelo MEC e/ou Comprovação de Experiência mínima de (12 meses) em Regulação Médica.</p> <p>3. Comprovação de no mínimo um dos seguintes cursos: Curso de APH (Atendimento Pré Hospitalar) de no mínimo 20h, ou Curso de ATLS (Advanced Trauma Life Support) de no mínimo 20h; ou Curso de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support).</p>	<p>- 2 (dois) plantonistas 24 horas/ dia/ 7 dias na semana.</p> <p>Prestar Assistência para o exercício de funções inerentes aos médicos reguladores na área de regulação das ações e serviços em saúde, para atuar na Central de Regulação do Estado do Maranhão.</p> <p>(As escalas médicas podem ser distribuídas entre 6h, 12h e 24h de acordo com a necessidade da unidade</p>	R\$ 2.136,98
O corpo clínico deverá ser composto por no mínimo 7 (sete) Médicos		

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PROFISSIONAIS

2.1. Das Especificações Técnicas

2.1.1. Recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato e respectivos Anexos, cabendo-lhe efetuar todas as exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais.

2.1.2. Apresentar a CONTRATANTE a relação nominal dos profissionais indicados para os serviços, inclusive em caso de substituição, acompanhada dos respectivos títulos de qualificações, assim como as respectivas atualizações de registro junto ao Conselho Regional de Medicina, com cópia autenticada, de modo a compor arquivo de prontuários funcionais sempre à disposição da contratante.



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 2.1.3.** Utilizar, para a realização dos serviços, profissionais devidamente habilitados, reservando-se a CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles que comprovadamente não estejam cumprindo as exigências constantes do Edital.
- 2.1.4.** A contratada deverá informar com 5 dias de antecedência mudança/alteração de agenda, e informar de imediato a data de reposição. Tal mudança deverá ser devidamente documentada e enviada à Unidade de Saúde a ser contratada.
- 2.1.5.** Para atingir o quantitativo mensal de atendimento, nos dias 15 e 25 de cada mês – ou dias subsequentes a estes casos não sejam dias úteis, deverá ser analisado o quantitativo de pacientes faltosos, para ser criada uma agenda extra para reposição, devidamente alinhada com a Contratada e a Unidade de Saúde.
- 2.1.6.** Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados;
- 2.1.7.** A CONTRATANTE poderá rejeitar, com a devida justificativa, aqueles profissionais que, não preencham as condições contratuais para prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- 2.1.8.** A ausência de qualquer profissional ensejará a imediata substituição do mesmo nas qualificações semelhantes;
- 2.1.9.** O referido serviço deve contar com a presença permanente de dois médicos reguladores 24 horas por dia, sete dias por semana que regularão as chamadas de acordo com sua complexidade. A comunicação da central deve ser permanente, seja repassando informações, via rádio ou outro meio, a equipe de ambulância, ou no contato com os Hospitais referenciados para encaminhamento do paciente. (RES, CFM N° 2110/2014, Art 8º §1º e §2º).
- 2.1.10.** O serviço deve dispor de profissionais que possuem experiência em regulação dos chamados telefônicos que demandam orientação e/ou atendimento de urgência, por meio de uma classificação e priorização das necessidades de assistência em urgência, além de ordenar o fluxo efetivo das referências e contrarreferências dentro da Rede de Atenção Estadual.
- 2.1.11.** Considerando a Política Nacional de Atenção às Urgências (Portaria nº 1600/2011) O médico Profissional que atua na assistência da Central de Regulação, deve ser exigido ao exercício da medicina pré-hospitalar, atuando nas áreas de regulação médica, suporte avançado de vida em ambulâncias e coordenação do sistema como : Comprovação de experiência mínima (12 meses) em Regulação Médica ou Curso de APH (Atendimento Pré-Hospitalar) de no mínimo 20 horas ou Curso de ATLS (Advanced Trauma Life Support) ou Curso de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support): Últimos 2 anos. Além de Certificado de Conclusão de pós-graduação em urgência e emergência e/ou áreas correlacionadas reconhecida pelo MEC (Trauma, Urgência, Emergência, Terapia Intensiva).
- 2.1.12.** A Experiência do profissional poderá ser comprovada por meio da carteira de trabalho, ou contrato de prestação de serviço, ou declaração da instituição em papel timbrado, devidamente assinada pela direção da instituição, contendo as seguintes informações do profissional: Nome completo, CRM, área de atuação e período de prestação de Serviço.
- 2.1.13.** As declarações de conclusão de curso deverão ser emitidas pela instituição responsável pelo curso, com indicação da data de conclusão e respectiva carga horária.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS**2.2. Das Especificações Técnicas dos Profissionais**

2.2.1. Após findada a fase recursal, a empresa vencedora deverá apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos POR PROFISSIONAL na seguinte ORDEM:

- a) Relação dos profissionais que irão compor a escala médica, ANEXO A do Termo de Referência;
- b) Apresentar carta de anuência devidamente assinada pelo profissional que irá compor a escala, ANEXO B do Termo de Referência;
- c) Comprovante do Registro no Conselho Regional de Medicina;
- d) Certificado de Conclusão de pós-graduação em urgência e emergência e /ou áreas correlacionadas reconhecida pelo MEC ou Comprovação de Experiência mínima de (12 meses) em Regulação Médica.
- e) Comprovação de no mínimo um dos seguintes cursos Curso de APH (Atendimento Pré Hospitalar) de no mínimo 20h. Ou Curso de ATLS (Advanced Trauma Life Support) de no mínimo 20h; ou Curso de ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support).

2.2.2. Todos os profissionais apresentados pela empresa a ser contratada, por item, deverão cumprir os pré-requisitos técnicos solicitados. O profissional que não atender ao exigido será excluído da Análise Técnica;

2.2.3. Os profissionais que prestarem os serviços contratados deverão possuir carga horária compatível com as exigências de registro junto ao CNES, visando possibilitar o faturamento dos serviços prestados através do Sistema Único de Saúde;

2.2.4. A contratada poderá realizar, durante a vigência contratual, até 03 (três) trocas dos profissionais que executarão o serviço. Devendo ser apresentado previamente ao fiscal do contrato as documentações, conforme item 5 do Termo de Referência, para análise da habilitação Técnica. Caso aprovado será feita a inclusão no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

2.2.5. Da apresentação dos profissionais para habilitação técnica, caso o médico habilitado não esteja inscrito no CRM local o mesmo terá o prazo de 90 dias para inscrição no CRM-MA, conforme a resolução do CFM N°1.948 de 10 de junho de 2010.

2.2.6. Caso a empresa não possua o CRM-MA, deverá seguir a RESOLUÇÃO CFM N° 1.980/2011, onde informa no Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98, onde o prazo imposto é de 30 dias para regularização.

2.2.7. Os Serviços serão realizados nas dependências da Central de Regulação do Estado do Maranhão.

2.2.8. A empresa a ser contratada deverá disponibilizar, quando solicitado, dentro do corpo de profissionais habilitados, a equipe que irá compor as comissões da Unidade de Saúde onde o serviço será prestado, destaca-se que a participação dos profissionais não gerará qualquer tipo de pagamento e/ou benefícios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS**assinatura.**

3.2. O contrato poderá prorrogado, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH (RILC/EMSERH), desde que haja interesse das partes e que a medida seja autorizada formalmente pela autoridade competente.

3.3. O início da execução do contrato dar-se-á a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço, limitando-se ao prazo de vigência contratual.

3.4. O prazo para execução dos serviços objeto do contrato é de até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão de cada Ordem de Serviço, conforme a necessidade e à critério da Contratante.

3.5. A prorrogação do prazo previsto no subitem anterior somente será possível por acordo entre as partes, desde que devidamente motivada e formalmente aceita e registrada pelo Fiscal do Contrato.

3.6. O fim do prazo de vigência do contrato não encerra a garantia do(s) serviço(s).

3.7. A Contratada deverá executar o objeto no seguinte endereço:

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO	Av. Jerônimo de Albuquerque, SN, Calhau, São Luís -MA CEP: 65.070-220	SÃO LUÍS - MA

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total deste Contrato é de **R\$ 1.559.995,40 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira:

Unidade orçamentaria: **21202**;

Unidade: **EMSERH**;

Despesa: **4-3-02-02-82 - Serv. Med-Regulador da CIL.**

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos se darão de forma parcelada, de acordo com a efetiva demanda requisitada pela EMSERH, sendo realizados em até **30 (trinta) dias úteis** após a apresentação da nota fiscal ou fatura (devidamente atestada pelo fiscal do contrato) e demais documentos



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

previstos neste contrato e nos atos normativos aplicáveis à contratação, conforme estabelecido no **Edital da licitação e/ou no Termo de Referência**.

6.2. A correta apresentação da nota fiscal ou fatura para pagamento, acompanhada de todos os documentos previstos neste contrato e no(s) ato (s) administrativo(s) correspondente(s) é uma obrigação da Contratada.

6.3. A emissão da nota fiscal obedecerá às normas fiscais, conforme legislação vigente aplicável ao objeto do contrato e só será apresentada para pagamento após o recebimento definitivo do(s) serviço(s) pelo fiscal do contrato.

6.4. A apresentação da nota fiscal ou fatura dar-se-á no Setor de Protocolo da EMSERH, devendo corresponder ao(s) serviço(s) executado(s) e certificado(s) pelo fiscal do contrato.

6.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto", pelo fiscal do contrato, na nota fiscal ou fatura apresentada pela Contratada, observadas todas as normas contratuais e administrativas vigentes no âmbito da EMSERH.

6.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes ao pagamento, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que o fato se dê por culpa da Contratada, o prazo para pagamento será prorrogado, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.7. O pagamento estará condicionado à inexistência de pendências da Contratada no Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, nos termos da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

6.8. O pagamento será feito por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em instituição bancária por ela indicada, observadas as condições propostas e aceitas pela EMSERH.

6.9. O pagamento se dará por meio do Banco: Banco do Brasil; Agência: 5750-9; e Conta: 312-3.

6.10. Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta à sua regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e/ou Termo de Referência. A consulta observará ao disposto na Portaria nº 371/2023 – GAB/EMSERH, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 14/06/2023, em seu caderno executivo, devendo a Contratada apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados:

6.11. Solicitação da Contratada, contendo os dados bancários para pagamento;

6.12. Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato contendo assinatura e data do atesto;

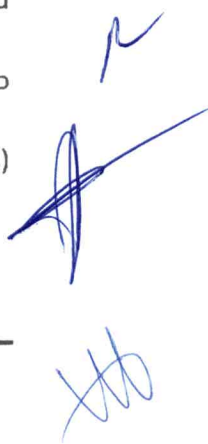
- I) No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Serviço e nome da Unidade de Saúde.
- II) No caso de prestação de serviços também incluir:
 - a) As retenções na fonte e suas alíquotas;
 - b) Alíquota do Simples Nacional (ISS);
 - c) Local da prestação dos serviços;
 - d) Código do serviço e sua descrição.

6.13. Cópia da Ordem de Serviço;

6.14. Relação de honorários médicos atestada pelo responsável da empresa e pelo fiscal técnico do contrato. Tal relação de honorários deverá conter as seguintes informações:

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 6.14.1** Nome da unidade de saúde;
- 6.14.2** Nome da empresa prestadora do serviço e número do seu CNPJ;
- 6.14.3** Dia, mês, ano, turno, horário e carga horária da prestação do serviço;
- 6.14.4** Nome(s) do(s) profissional(is), número do registro no conselho profissional e especialidade;
- 6.14.5** Quantidade de plantões/ambulatórios realizados no período da prestação do serviço;
- 6.14.6** Valor unitário e valor total do plantão/ambulatório
- 6.15** Nos casos que se aplicam as solicitações dos documentos citados abaixo, os mesmos deverão estar devidamente atestados pelo Fiscal Técnico do Contrato:
- I) Nos serviços de ambulatório deverá ser anexado junto à relação dos honorários médicos o relatório circunstanciado de atendimento retirado do Sistema de Regulação Estadual – SISREG (ou por outro que venha a substituí-lo), contendo o nome dos pacientes, data de atendimento e quantidade de consultas realizadas;
- II) Nos serviços de ambulatório para unidades de saúde que não possuem Sistema de Regulação Estadual – SISREG, deverá ser anexado, junto à relação de honorários médicos, o relatório da unidade de saúde em papel timbrado contendo os nomes dos pacientes, data de atendimento, número do cartão do SUS e quantidade de consultas realizadas;
- III) Nos serviços de exames médicos deverá ser anexado o relatório de pacientes atendidos, com data de atendimento, descritivo de exames, quantitativos, número do cartão SUS e os valores unitários e totais;
- IV) Nos serviços de cirurgias deverão ser anexados os relatórios de honorários médicos e o relatório circunstanciado de atendimento, contendo a data da cirurgia, os nomes dos pacientes, número do cartão SUS, nome do profissional que realizou a cirurgia e tipo de cirurgia realizada;
- 6.16.** Quadro societário (QSA) extraído no site da Receita Federal;
- 6.17.** Nas solicitações de pagamento de Institutos, deverão ser anexados os seguintes documentos:
- 6.17.1** Ata atualizada dos sócios;
- 6.17.2** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido nos últimos 90 (noventa) dias;
- 6.17.3** Declaração de imunidade dos tributos federais;
- 6.18.** Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- 6.19.** Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 6.20.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 6.21.** Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;
- 6.22.** Consulta optante Simples Nacional emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- 6.23.** Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;
- 6.24.** Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;
- 6.25.** Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);
- 6.26.** Cópia(s) do(s) Termo(s) Aditivo(s) - quando houver - e das Publicações do(s) Extrato(s) do(s) Termo(s) Aditivo(s) no Diário Oficial do Estado;
- 6.27.** Cópia do(s) Termo(s) de Apostilamento(s) - quando houver;
- 6.28.** Cópia da proposta comercial detalhada;



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

6.29. Os documentos mencionados nos itens 6.18 a 6.20 podem ser substituídos, total ou parcialmente, por Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que obedecido o disposto no art. 4.º do Decreto n.º 3.722/2001.

6.30. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.31. A Contratante efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir.

6.32. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMSERH a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

6.34. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

6.35 O pagamento do serviço será de acordo com o quantitativo de plantões realizados no mês conforme a escala médica, modelo em ANEXO C do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. É vedado todo e qualquer ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar ou em alteração da natureza do objeto contratual.

7.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016 c/c artigos 194 e 195 do RILC/EMSERH, realizando-se mediante a celebração de termo de aditivo.

7.3. O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes.

7.4. Acréscimos e Supressões: A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor global inicial atualizado.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

7.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

7.6. **Revisão:** A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

7.7. Aplicar-se-á à revisão, no que couber, o disposto nesta cláusula quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.8. **Reajuste:** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as suas atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições nele previstas, bem como a atualização da sua disponibilidade financeira, conforme previsto no(s) contrato(s) de gestão correspondente(s), não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

7.9. É admitido o reajustamento dos preços do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

7.10. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, bem como os critérios previstos no Edital da licitação e/ou no Termo de Referência e neste contrato.

7.11. O primeiro reajuste poderá ser solicitado pela Contratada após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta.

7.12. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa da Contratada, será aplicado o índice IPCA, conforme art. 1.º, I, da Portaria nº 352/2022/GAB/EMSERH, de 1º de julho de 2022, que dispõe:

Art. 1.º Regulamentar o disposto no Capítulo II, Subseção III, art. 60, inciso X do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH – RILC/EMSERH, para estabelecer os índices de reajuste a serem aplicados nos contratos celebrados no âmbito desta empresa pública:

I) – Nas contratações em que o objeto se tratar de Prestação de Serviços, será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.13. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data estabelecida no item 7.11, conforme o caso.

7.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.

7.15. **A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços.**


7.16. O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a manutenção da vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados (art. 181, §6.º do RILC/EMSERH).

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 7.17. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento.
- 7.18. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.
- 7.19. **Reequilíbrio econômico-financeiro:** Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 7.20. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser feito por iniciativa da Contratada ou da Contratante, através de requerimento escrito e fundamentado.
- 7.21. Nos casos em que o pedido de reequilíbrio for feito por iniciativa da Contratada, deverá ser dirigido ao fiscal do contrato, acompanhado de todos os documentos necessários à sua análise, inclusive quanto à:
- 7.22. Identificação precisa do evento que deu ensejo ao pedido de reequilíbrio;
- 7.23. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos (quando couber), efetivamente despendidos pela Contratada, decorrentes do evento que deu origem ao desequilíbrio econômico-financeiro alegado.
- 7.24. O valor a ser compensado a título de reequilíbrio do contrato será calculado com base no efetivo impacto financeiro do evento no objeto contratado e deverá constar em proposta de preços atualizada, a ser apresentada pela Contratada ao fiscal do contrato.
- 7.25. A comprovação de que trata o subitem 7.23 se dará por meio de notas fiscais e orçamentos em papel timbrado e assinados pelo representante legal da entidade emissora, referentes ao objeto do contrato, e desde que evidenciem a ocorrência de evento **posterior à contratação e imprevisível**, ocasionador do desequilíbrio econômico-financeiro da relação contratual.
- 7.26. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando feito por iniciativa da Contratante, será instruído pelo fiscal do contrato, que deverá providenciar a documentação necessária à sua análise, dando ciência formal à Contratada, que poderá se manifestar nos autos correspondentes, sendo-lhe resguardado o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 7.27. O reequilíbrio econômico-financeiro observará o fluxo processual relativo à formalização de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Observar os prazos e as condições estabelecidas no Edital e/ou Termo de Referência e respectivos anexos.
- 8.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e da proposta.

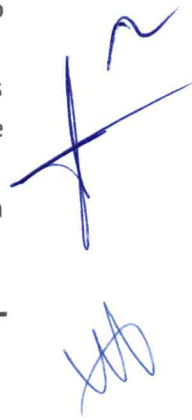



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 8.3.** Comunicar à Contratada, formalmente e por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que adote todas as providências para a correção, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da data da solicitação.
- 8.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 8.5.** Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas.
- 8.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste Contrato.
- 8.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão de fiscalização ou de fiscal previamente designado por ato formal, de acordo com os atos normativos vigentes no âmbito da Emserh sobre fiscalização de contratos.
- 8.8.** Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à efetiva execução do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste contrato.
- 8.9.** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.10.** A CONTRATANTE poderá rejeitar, com a devida justificativa, aqueles profissionais que não preencham as condições contratuais para prestação dos serviços do objeto deste Contrato.
- 8.11.** Solicitar a qualquer tempo o afastamento dos profissionais que não estejam satisfazendo os requisitos exigidos na execução do objeto, devidamente formalizado e justificado.

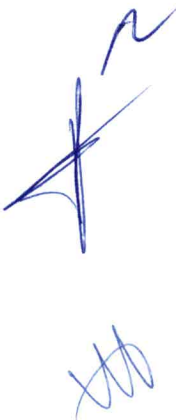
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e/ou Termo de Referência, seus anexos, além da sua proposta, assumindo, exclusivamente, como seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.** Responder perante à Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução deste contrato.
- 9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 9.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou à Contratante, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 9.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação (e anexos) ou no instrumento que a dispensou.
- 9.6.** A Contratada deverá indicar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a execução do contrato.



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 9.7.** Acatar as orientações do fiscal designado pela Contratante, sujeitando-se à ampla fiscalização acerca da execução deste contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.
- 9.8.** A fiscalização da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.
- 9.9.** Responder pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e quaisquer outros custos diretos ou indireto que incidam ou venham a incidir sobre os serviços realizados; cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 9.10.** Observar as normas de segurança, saúde e meio ambiente da Contratante, em consonância com o disposto neste contrato, nos documentos a ele vinculados e na legislação específica aplicável ao objeto.
- 9.11.** Comunicar à Contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato.
- 9.12.** Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação.
- 9.13.** Apresentar, para **análise** do fiscal do contrato, justificativa formal e fundamentada nos casos de eventuais atrasos ou fatos que possam constituir impedimento à plena execução do contrato.
- 9.14.** É vedado à Contratada caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira que não esteja expressamente prevista neste contrato e autorizada formalmente pela Contratante.
- 9.15.** A Contratada deverá pautar sua atuação, referente à execução do objeto deste contrato, nas políticas e diretrizes organizacionais da EMSERH, conforme publicado em seu website www.emserh.ma.gov.br, com vistas a contribuir para a qualidade e eficiência no âmbito da Política Estadual de Saúde do Maranhão. É obrigatório que a Contratada tome ciência e oriente seus empregados a manterem comportamento coerente com essas políticas e diretrizes.
- 9.16.** A Contratada declara conhecer e compromete-se a observar e a fazer os respectivos empregados e dirigentes respeitarem o Código de Conduta e Integridade da EMSERH, bem como as demais políticas aplicáveis à contratação.
- 9.17.** A Contratada deverá assegurar que o acesso e tratamento de dados pessoais dos representantes da Contratante se dará exclusivamente para a execução do contrato, devendo resguardá-los de acessos indevidos e incidentes e, ao final da vigência do contrato, deverá providenciar a eliminação destes de sua base de dados.
- 9.18.** A Contratada obriga-se ainda, a:
- cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;
 - não utilizar, de nenhuma forma, o trabalho infantil ou de pessoas em condições análogas às de escravo;
 - se comprometer com os padrões éticos aceitos pela Contratante, nos termos do Estatuto Social da EMSERH, divulgado por meio do seu sítio eletrônico (disponível para consulta em: <http://www.emserh.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Novo-Estatuto-Social.-Decreto-34992-de-09.07.19.pdf>);



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

d) adotar boas práticas de preservação ambiental, devendo observar, no que lhe couber, as normas relativas à:

I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados na execução deste contrato;

II - Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que são definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela EMSERH;

9.19. A contratada deverá apresentar previamente à EMSERH, antes do início dos serviços, a escala médica dos profissionais que irão executar os serviços na Unidade de Saúde. A escala médica deverá ser composta, obrigatoriamente, pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame;

9.20. Caso a escala médica apresentada esteja com os profissionais não habilitados previamente na análise técnica do certame, a contratada será notificada a fim de regularizar imediatamente a escala, sob pena de sanção prevista neste instrumento.

9.21. A CONTRATADA deverá seguir o Código de Ética da CONTRATANTE, bem como as normas administrativas internas;

9.22. Para execução dos serviços, a Empresa contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em número suficiente para cumprimento das metas exigidas, garantindo todas as necessidades técnicas pertinentes e das condições estabelecidas pela contratante;

9.23. Manter regulamente os serviços solicitados e o número mínimo de profissionais, devendo responder por eventuais danos decorrentes de falta de pessoal;

9.24. Obedecer às diretrizes e princípios do SUS que lhes compete, estabelecidos pelo artigo 198 da Constituição Federal e fortalecidos pela Política Nacional de Humanização;

9.25. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução deste contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas e destruições parciais ou totais, isentando a Contratante de todas as reclamações que possam surgir.

9.26. Responder por erro de qualquer natureza relativo aos serviços prestados seja na esfera administrativa, civil ou penal.

9.27. Atender as ações preconizadas na Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008.

9.28. Atender as ações preconizadas na Portaria nº 2.048, 05 de novembro de 2002, com base no CAPÍTULO II e Utilizar o recurso "vaga zero", decidindo o destino do paciente baseado nas informações periodicamente atualizadas sobre as condições de atendimento nos serviços de urgência e Rede de Atenção à Saúde (RAS).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

10.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do presente instrumento contratual (Art. 8.º, §4.º da Lei Estadual n.º 10.403/2015).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a Contratante poderá, garantindo a prévia defesa e considerando, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, aplicar as seguintes sanções:

11.2. **Advertência;**

11.3. **Multa** (na forma prevista no instrumento convocatório e neste contrato);

11.4. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emserh, por um prazo de até 2 (dois) anos;

11.5. A advertência é cabível nas hipóteses nas quais o descumprimento contratual não cause prejuízo, em qualquer esfera, à Emserh, e que não seja ensejadora de outra penalidade prevista neste contrato.

11.6. A multa terá natureza moratória ou compensatória, conforme definido a seguir:

11.7. **Multa moratória:** nos casos de **atraso injustificado** na execução contratual, configurado mediante o retardamento ou falha da execução;

11.8. **Multa compensatória:** nos casos **inexecução, total ou parcial**, do contrato e demais obrigações assumidas em decorrência da contratação, de apresentação de documentação ou declaração falsa, fraude na execução contratual, comportamento inidôneo e não manutenção da proposta;

11.9. A multa não impede que a Contratante rescinda o contrato e aplique as outras sanções nele previstas, e será aplicada após regular processo administrativo, devendo ser descontada da garantia do contrato, nos casos em que houver esta.

11.10. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.11. Se os valores das notas fiscais ou faturas, ou da garantia de execução contratual forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação formal.

11.12. A sanção prevista no item 11. 4 deve ser dosada de acordo com o tamanho do prejuízo provocado e deve ser graduada em branda (um a seis meses de duração), média (sete a doze meses de duração) e grave (treze a vinte e quatro meses de duração).

11.13. As sanções de advertência e suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

11.14. A defesa prévia da Contratada deverá ser apresentada, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua notificação.

11.15. Para fins do disposto nesta cláusula, reputar-se-ão inidôneos, os atos tal como os descritos nos artigos 337-F, 337-L e 337-M, §2º do Código Penal.



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

11.16. Para fins do disposto no item 11.7 a Contratada fica sujeita à multa moratória equivalente a 1% (um por cento) do valor unitário do serviço em atraso, por dia, por unidade, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.17. Para fins do disposto no item 11.8, considera-se:

11.18. Inexecução parcial: o atraso injustificado no prazo de execução até o limite de 10 (dez) dias.

11.19. Inexecução total: o atraso injustificado no prazo de execução superior a 10 (dez) dias.

11.20. A mera apresentação de justificativa não exclui a responsabilidade da Contratada de cumprir todas as cláusulas contratuais, inclusive no que se refere aos prazos de entrega/execução do objeto, cabendo ao representante da Contratante (fiscal do contrato) a análise dos fatos apresentados, conforme disposto no item 9.13 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Constituem motivos para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

12.2. De forma **unilateral**, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo, assegurados, eventuais direitos à Contratada.

12.3. Por acordo entre as partes (**rescisão bilateral**), desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à Administração Pública.

12.4. Por **determinação judicial**.

12.5. Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral:

12.6. Não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

12.7. Desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;

12.8. Suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

12.9. Situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

12.10. Subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

12.11. Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

12.12. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da Contratada, desde que a nova situação prejudique a execução contratual;

12.13. A lentidão ou paralisação da prestação do(s) serviço(s) sem comunicação prévia e/ou sem apresentação formal de justificativa à Contratada, ou ainda, cuja justificativa não tenha sido aceita pelo fiscal do contrato, após análise, garantido o contraditório e ampla defesa da Contratada;

12.14. O desatendimento das determinações regulares da Contratada decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

12.15. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

12.16. **Também constituem motivo para rescisão do contrato:**

12.17. Assinatura de novo contrato com o mesmo objeto contemplado neste instrumento contratual;

12.18. A rescisão antecipada ou o término do prazo de vigência (sem prorrogação) do contrato de gestão correspondente, devidamente instruída em processo administrativo específico;

12.19. A modificação do contrato de gestão que resulte na alteração do perfil da(s) unidade(s) de saúde.

12.20. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato será acompanhada por fiscais indicados pela Contratante, que serão designados através de portaria como fiscais do contrato, para exercerem essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como do Manual do Fiscal de Contratos da EMSERH.

13.2. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos fiscais deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.4. De acordo com o objeto do contrato, os fiscais deverão exigir e acompanhar, junto à Contratada, o cumprimento das obrigações trabalhistas, bem como dos encargos sociais exigidos em lei.

13.5. Deverão os fiscais atestar a efetiva execução do contrato, conforme suas cláusulas e de acordo com a regulamentação concernente à fiscalização de contratos no âmbito da Emserh.

13.6. Os fiscais poderão solicitar auxílio aos demais setores da Emserh, para fins de apoio aos trabalhos.

13.7. Em caso de férias, licença ou impedimento dos fiscais titulares, o disposto nesta cláusula deverá ser observado por seus suplentes.

13.8. Quando exigido, a Contratada deverá manter preposto, aceito pela Contratante, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

13.9. A indicação do preposto deverá ser comunicada diretamente aos fiscais do contrato.

13.10. Os fiscais serão indicados por suas diretorias e designados por ato normativo da Presidência, o qual será publicado exclusivamente no sítio eletrônico da Emserh na internet.

13.11. Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:

13.12. **FISCAL ADMINISTRATIVO**, a quem competirá:

- a) Receber, formalmente, da Gerência de Gestão de Contratos o processo e o contrato para a devida fiscalização e gestão da execução do objeto contratado, analisando pormenorizadamente as cláusulas contratuais;



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- b) Emitir Ordem Fornecimento/Serviço, dando ciência ao representante da Contratada (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato;
- c) Coordenar, acompanhar e fiscalizar toda a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços ou fornecimento do material e a alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o cumprimento do contrato, consolidando as informações repassadas pelos fiscais técnicos;
- d) Gerenciar e controlar os saldos do contrato em função do valor da nota fiscal/fatura, de forma a avaliar a necessidade da celebração de aditivos contratuais (acréscimos ou supressões);
- e) Assegurar, durante a execução do contrato, o melhor aproveitamento econômico e eficiente de recursos humanos, financeiros e de materiais disponíveis;
- f) Garantir que as notas fiscais, faturas dos serviços contratados e notas decorrentes de despesas de pronto pagamento, encaminhadas pelo fiscal técnico, sejam por ele atestadas, e manifestar-se no Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos acerca das circunstâncias de prestação de serviços ou fornecimento, qualidade e quantidade, sem prejuízo de outras circunstâncias pertinentes à execução do contrato;
- g) Repassar as informações da execução do contrato aos setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto do contrato e será ligado ao setor solicitante da contratação;
- h) Comunicar formalmente à Autoridade Máxima (Presidente da EMSERH), através da diretoria à qual estiver subordinado, sobre quaisquer intercorrências capazes de obstar a realização do interesse da EMSERH e/ou das situações que exigirem decisões e providências definitivas;
- i) Acompanhar a vigência do contrato, inaugurando o processo de prorrogação com a justificativa do setor competente acerca da necessidade desta, quando houver interesse da Contratante, incluindo eventuais reajustes que se fizerem necessários, com antecedência suficiente para o trâmite processual, conforme estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emserh;
- j) Dar início ao processo de aplicação de penalidades nos casos em que, notificada a empresa Contratada, esta não solucionar o problema dentro dos prazos indicados neste contrato e no instrumento de notificação.
- k) **Atestar a nota fiscal ou fatura referente à prestação dos serviços ou do fornecimento objeto do contrato, nas ausências e impedimentos do Fiscal Técnico, ou por outro motivo devidamente justificado no processo correspondente;**
- l) Desempenhar outras atividades visando sempre o bom e fiel cumprimento da execução contratual.

13.13. **FISCAL TÉCNICO**, a quem competirá:

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- a) Acompanhar diretamente a execução do contrato, apontando as faltas cometidas pela Contratada e, se for o caso, promover os registros e ações necessárias à correta prestação do serviço ou entrega do bem. O fiscal técnico também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização;
 - b) **Atestar a nota fiscal ou fatura referente à prestação dos serviços ou do fornecimento objeto do contrato;**
 - c) Elaborar registro próprio e individualizado para cada contrato, a fim de manter um registro histórico do contrato, com o qual também proverá de informações o fiscal administrativo;
 - d) Recusar os serviços que não tenham sido realizados de acordo com as condições ajustadas;
 - e) Relatar formalmente ao fiscal administrativo a falta de atendimento às solicitações por parte da Contratada, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, para que sejam adotadas as providências necessárias à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na legislação específica;
 - f) Informar ao fiscal administrativo sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços/fornecimento prestados pela Contratada, bem como propor soluções que entender cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados, sempre de acordo com as cláusulas do contrato e em conjunto com o fiscal administrativo do contrato;
 - g) Comunicar, formalmente, ao fiscal administrativo, os motivos que ensejaram possíveis alterações dos prazos de início das etapas de execução, conclusão e de entrega do objeto;
 - h) Conhecer a proposta comercial da Contratada com todos os seus itens, condições e preços e ter cópia da proposta de preço, acompanhada, se for o caso, de planilha de custo e formação de preço, de relação de material ou equipamento;
 - i) Verificar se houve subcontratação.
- 13.14.** Além da relação acima, por não ser exaustiva, caberá aos fiscais adotarem todas as providências atinentes aos princípios da Administração Pública, cuja finalidade última será a consecução do interesse público, fazendo cumprir, no que couber, as obrigações da Contratada e da Contratante.
- 13.15.** Todos os fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 13.16.** A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada da responsabilidade por eventuais vícios da execução dos serviços ou fornecimentos, objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

14.1. De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é facultativa a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

15.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Sendo assim, na execução do presente Contrato, é vedado à Contratante e ao Contratado e/ou a empregado, preposto e/ou gestor seu:

- 15.1.1. Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
 - 15.1.2. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;
 - 15.1.3. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;
 - 15.1.4. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - 15.1.5. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato;
 - 15.1.6. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional; e/ou;
 - 15.1.7. De qualquer maneira fraudar o presente contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 11.129/2022 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato;
- 15.2. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula, a Parte poderá notificar a outra e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável.
- 15.3. Se a parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa, provando que, quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupção, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.
- 15.4. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a parte notificante poderá, a seu critério, independentemente das sanções aplicáveis à conduta, proceder à imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades devidas.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

16.1. O presente instrumento de contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada, e à(s) ordem(ns) de serviço emitidas pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES

17.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONSULTA AO CADASTRO ESTADUAL DE INADIMPLENTES - CEI

18.1. Os pagamentos referentes a este contrato e aos seus eventuais aditamentos/alterações, a serem feitos em favor da Contratada, ficam condicionados à inexistência de registro da Contratada junto ao **Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI**, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11 de julho de 1996.

18.2. Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH (Contratante) não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, no disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, no Código de Conduta e Integridade da EMSERH, nos princípios de direito administrativo, bem como nos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. A Contratante providenciará a publicação de forma resumida deste contrato na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes contratantes elegem o foro de São Luís, Maranhão, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

- 22.1. As condições estabelecidas no edital ou no instrumento que dispensou a licitação farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas;
- 22.2. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços;
- 22.3. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 1 (uma) via, perante a presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.
- 22.4. São partes integrantes deste contrato os Anexos A, B e C, do Termo de Referência.

São Luís (MA), 11 de JUNHO de 2024.

PAULO EDUARDO PACHECO C. RONCHI
Dir.: Executivo de Planejamento, Governança e Inovação
P Portaria n.º 426 2022 - GAB EMSERH
(Alterada pela Portaria n.º 221 2024 - GAB EMSERH)
Mat.: 12462

MARCELLO APOLONIO
DUAILIBE BARROS
Presidente | EMSERH
Matrícula nº 11748

LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA
Diretora Administrativa
Matrícula nº 7313 / EMSERH
LETÍCIA HELENA DO VALE
FAÇANHA
Diretora
Administrativa | EMSERH
Matrícula nº 7313

INSTITUTO TRANSFORMAR-IT
CNPJ: 32.304.118/0001-08
Klauber de Araújo Souza Azevedo
KLAUBER DE ARAÚJO SOUZA
AZEVEDO
Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:
 THAILLA TOBIAS DE CASTRO
Nome: Thaílla Tobias de Castro
CONSULTORA DE CONTRATOS
CPF: 13901/EMSERH
Matrícula: 13901/EMSERH

Valeska Ferreira Oliveira
Nome: Valeska Ferreira Oliveira
CPF: 12485
Consultora de Contratos / EMSERH
Matrícula nº 12485

ANEXO A - RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFISSIONAIS

Nº						
Unidade de Saúde =>						CNPJ:
Empresa Prestadora do Serviço =>						
Mês / Ano da Prestação do Serviço =>				2024		

Nome do Profissional	CRM- MA	Especialidade
TOTAL		

Ass. Responsável

ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DOS PROFISSIONAIS

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, (inserir nome), portador do Documento de Identidade nº (inserir número) e do CPF N° (inserir número), residente e domiciliado em (inserir endereço), declaro que estou plenamente ciente e de acordo que participarei do Corpo Clínico, apresentado pela empresa (nome do proponente), CNPJ N° (inserir número) que tem por objeto (inserir objeto da licitação)

Assinatura

ANEXO C – RELAÇÃO DE HONORÁRIOS MÉDICOS

AÇÃO DE HONORÁRIOS MÉDICOS	ANEXO C								

UNIDADE DE SAÚDE	XXXXXXX	CNPJ
prestadora de Serviço	Nome / Razão Social do Prestador de Serviço	00.000.000/0000-00
/Ano da Prestação de Serviço	Mês/Ano	

Nome do Profissional	CRM	Especialidade	Turno/Horário	nº de plantões/12hs	Data/Mês	Valor do Plantão	Valor Total
JOÃO	XX	XXX	07 às 13 (M)	5	3, 10, 17, 18 e 20	R\$20,00	R\$ 100,00
JOSÉ	XX	XXX	07 às 19hs (SD)	3	20,21,25	R\$20,00	R\$ 120,00
			19H às 07hs (SN)	3	05, 08 e 11	R\$40,00	R\$ 120,00
MARIA	XX	XXX					
JOÃO							
PEDRO							
MARIA							
TOTAL							R\$ 340,00

Assinatura do Responsável					Assinatura do Dir. da Unidade		

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Agente de Licitação da EMSERH

Licitação Presencial n.º 007/2024 – CL/EMSERH

Processo Administrativo n.º 2024.110215.03565 - EMSERH

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Médicos em Médicos Reguladores para atender à demanda da CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, administrada pela EMSERH.

Prezado Senhor,

A empresa INSTITUTO TRANSFORMAR – IT, inscrito no CNPJ n.º 32.304.118/0001-08, sediada em Rua das Juçaras, S/N, Sala n.º 909, Ed. Condomínio Executive Lake, Bairro Jardim Renascença, CEP: 65.075-230. São Luís, Maranhão, telefone (98) 9 91677161, e-mail: institutotransformar.it@gmail.com, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R\$ 1.559.995,40** (Um Milhão, Quinhentos e Cinquenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Quarenta Centavos), para a prestação dos serviços objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CLÍNICA MÉDICA							
ITEM	DESCRIPTIVO	Nº DE MÉDICOS	MÊS	Nº DE PLANTÕES	PLANTÕES TOTAIS(Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)	VALOR UNITARIO DO PLANTÃO	VALOR TOTAL
1	Serviços Médicos em Médicos Reguladores	2 (dois) plantonistas 24	JANEIRO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
			FEVEREIRO	28	56	R\$ 2.136,98	R\$ 119.670,88

para atender a demanda da CENTRAL DE	horas/dia/ 7 dias na semana.	MARÇO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
		ABRIL	30	60	R\$ 2.136,98	R\$ 128.218,80
REGULAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO		MAIO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
		JUNHO	30	60	R\$ 2.136,98	R\$ 128.218,80
		JULHO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
		AGOSTO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
		SETEMBRO	30	60	R\$ 2.136,98	R\$ 128.218,80
		OUTUBRO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
		NOVEMBRO	30	60	R\$ 2.136,98	R\$ 128.218,80
		DEZEMBRO	31	62	R\$ 2.136,98	R\$ 132.492,76
TOTAL			365	R\$ 1.559.995,40 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)		

Prazo de Validade da Proposta: O prazo de validade desta proposta é de 12 meses consecutivos a contar da data de sua apresentação.

Prazo de início da execução dos serviços: A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 30 dias, após a emissão de ordem de serviço emitida pela contratada.

Local de execução dos serviços: Os serviços serão executados na CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, localizada na Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N Calhau, São Luís- MA, CEP: 65.070-220.

Nome completo do responsável: Sr. KLAUBER DE ARAÚJO SOUZA AZEVEDO, CPF: 439.939.073-53, portador da carteira de identidade nº 1.14-365/SSP PI, PRESIDENTE DO INSTITUTO TRANSFORMAR – IT.

Dados Bancários: BANCO DO BRASIL – 001, AGÊNCIA 5750-9 CC: 312-3.

Contatos: (98) 9 991677161, e-mail: institutotransformar.it@gmail.com.



Nos preços ofertados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

SÃO LUIS - MA, 30 DE ABRIL DE 2024.

KLAUBER DE ARAUJO
SOUZA
AZEVEDO:43993907353

Assinado de forma digital por
KLAUBER DE ARAUJO SOUZA
AZEVEDO:43993907353
Dados: 2024.04.30 15:20:06
-03'00'

KLAUBER DE ARAÚJO SOUZA AZEVEDO
PRESIDENTE DO INSTITUTO TRANSFORMAR - IT